



Nota de esclarecimento da FAESP sobre as negociações do Consecitrus

Estranhamos a recente divulgação da notícia de assinatura da formalização do Consecitrus na noite de 18 de abril de 2012, sem a participação da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo (FAESP), uma vez que as tratativas com esta entidade para tal formalização permaneciam abertas e que nenhum fato novo havia surgido, conforme afirmações feitas em duas ligações dos industriais negociadores para o Presidente da FAESP, ainda na tarde de 18 de abril de 2012.

Nosso estranhamento advém da confiança que depositamos na transparência da negociação com a representação industrial, haja vista que este era um dos objetivos fundamentais a ser alcançado pelo Consecitrus.

Informamos que os entendimentos vinham sendo mantidos diretamente com os industriais que integram a CitrusBR, que apresentou a indicação do Sr. João Sampaio para ocupar o cargo de Diretor Executivo. E é curioso que declarações difamatórias, infundadas e contraditórias tenham partido de quem não advoga pela coletividade dos citricultores.

É preciso esclarecer que, em momento algum, a FAESP vetou o nome indicado pela indústria; apenas defendeu que a nomeação do Diretor Executivo fosse realizada após a análise do estatuto pelo CADE, a plena formalização do Consecitrus e com vigência para a safra de 2013.

O fato verídico é que a Federação não aceitou o condicionamento, por parte da indústria, da assinatura à nomeação do Diretor no mesmo ato, sem antes discutir a estratégia de gestão que seria por ele implantada e que, nos termos do Art. 23 da minuta de estatuto negociada entre FAESP e CitrusBR, precisaria ser imparcial e sem qualquer interesse conflitante.

O posicionamento desta Casa se justifica pelas informações recebidas de nossa representativa base de Sindicatos Rurais de que Sampaio, ex-presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB), mantém contrato de prestação de serviço com a CitrusBR, entidade que, por sua vez, teria se associado à SRB, em flagrante conflito de interesses e representação.

Pelo que apreendemos, a estratégia adotada pelo setor industrial foi a de assinar o Consecitrus a qualquer custo, com qualquer entidade, independentemente de representatividade na área de citricultura. A FAESP tem a prerrogativa legal de representar os produtores rurais paulistas e tem



reconhecida legitimidade, há mais de 30 anos, congregando em sua base filiada formal 237 Sindicatos Rurais e 320 extensões de base.

Só podemos imaginar que esse ímpeto de criar o Consecitrus em quaisquer termos e com entidades sem adequada representatividade tenha, provavelmente, outras motivações.

No nosso entendimento, os acontecimentos revelam ausência de transparência, ética, responsabilidade e de preocupação com a viabilização econômica dos citricultores, valores estes que foram perseguidos pela FAESP no decurso das negociações, como de praxe.

A FAESP considera que, mediante as condições e exigências expostas, a assinatura do Consecitrus poderia comprometer os interesses legítimos dos citricultores, especialmente dos pequenos, pois colocaria em risco a viabilidade econômica da atividade citrícola, com reflexos na safra 2012, que ora se inicia.

Tal fato encontra similaridade com outro ocorrido num passado não muito remoto, quando também estávamos negociando acordo que garantiria uma verdadeira relação “ganha-ganha” entre produtores e indústria. Antes de finalizar as negociações, produtores foram compelidos a assinar a prorrogação de contratos leoninos (draconianos) que prejudicaram os citricultores, em especial os de pequeno porte.

Faz parte da política desta entidade conduzir suas ações dentro de princípios da ética, lealdade, impessoalidade e compromisso com o produtor e empresário rural, preferindo distanciar-se de ofensas desrespeitosas e infundadas.

Entretanto, não poderíamos deixar de reafirmar nossa convicção de cumprimento integral com nossa obrigação de defesa dos interesses do setor produtivo rural, sem nenhum tipo viés, e concluir que as negociações foram encerradas unilateralmente pelo setor industrial, que preferiu agir de modo desrespeitoso e desleal ao assinar o estatuto do Consecitrus com outra entidade, na calada da noite.